

Transmissora
José Maria de
Macedo de
Eletricidade S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de
dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não

ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 8.k e 11 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e, em 31 de dezembro de 2019 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias, o montante de R\$ 1.513.190 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2019, efetuamos testes em bases documentais e confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos, ainda, a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2020.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

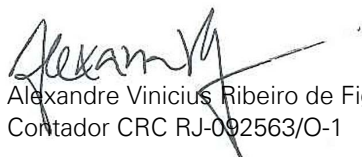
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	86.931	85.071	Fornecedores	12	20.766	17.615
Concessionarias e permissionarias	10	19.757	23.598	Empréstimos e financiamentos	13	66.689	45.777
Impostos a recuperar		5.019	3.509	Obrigações fiscais		2.577	4.954
Outras contas a receber		556	441	Taxas regulamentares		1.486	677
Partes relacionadas	15	378	334	Partes relacionadas	15	8.217	23.546
Despesas Pagas antecipadamente		308	435	Adiantamento Clientes		172	-
		<u>112.949</u>	<u>113.388</u>			<u>99.907</u>	<u>92.569</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado	11	1.513.090	1.486.150	Empréstimos e Financiamentos	13	1.022.437	1.017.278
Intangível	11	4.721	4.085			<u>1.022.437</u>	<u>1.017.278</u>
		<u>1.517.811</u>	<u>1.490.235</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	14	476.001	476.001
				Reserva de Lucros	14	229.935	133.728
				Lucros acumulados		<u>(197.520)</u>	<u>(115.953)</u>
				Total Patrimônio líquido		<u>508.416</u>	<u>493.776</u>
Total do Ativo		<u>1.630.760</u>	<u>1.603.623</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>1.630.760</u>	<u>1.603.623</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	16	181.760	113.347
Resultado antes dos custos gerenciáveis		181.760	113.347
Custos gerenciáveis parcela "B"	17		
Outros		-	-
Pessoal		(5)	(719)
Material		(25)	(51)
Serviços de terceiros		(20.180)	(13.587)
Alugueis		(2)	(265)
Outras despesas		(2.543)	(1.254)
Despesas com depreciação		<u>(39.401)</u>	<u>(26.267)</u>
		<u>(62.156)</u>	<u>(42.143)</u>
Resultado da atividade de concessão		119.604	71.204
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		4.185	8.572
Despesas Financeiras		<u>(108.925)</u>	<u>(57.564)</u>
		<u>(104.740)</u>	<u>(48.992)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		14.864	22.212
Imposto de renda e contribuição social corrente		<u>(225)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>14.639</u>	<u>22.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucros líquido do exercício	14.639	22.212
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>14.639</u>	<u>22.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros				Prejuízos/Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de lucro a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>450.001</u>	<u>1.065</u>	<u>-</u>	<u>20.240</u>	<u>(25.741)</u>	<u>445.565</u>
Integralização de Capital		26.000	-	-	-	-	26.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.212	22.212
Destinação de lucros á							
Reserva legal		-	5.621	-	-	(5.621)	-
Reserva de lucros a realizar		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>106.803</u>	<u>(106.803)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>476.001</u>	<u>6.686</u>	<u>-</u>	<u>127.043</u>	<u>(115.953)</u>	<u>493.777</u>
Integralização de Capital		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.639	14.639
Destinação de lucros á							
Reserva legal		-	4.810	-	-	(4.810)	-
Reserva de Incentivos Fiscais		-	-	600	-	(600)	-
Reserva de lucros a realizar		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>90.798</u>	<u>(90.798)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>476.001</u>	<u>11.496</u>	<u>600</u>	<u>217.841</u>	<u>(197.522)</u>	<u>508.416</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	14.639	22.212
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	39.401	26.267
Provisões	2.236	(20.364)
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	103.687	82.759
	159.963	110.874
Variações nos ativos e passivos:		
Redução) / Aumento de clientes	3.908	(23.598)
(Redução) de Partes relacionadas	(15.329)	(63.601)
Aumento outras contas a receber	(8)	(382)
Aumento em tributos a recuperar	(1.510)	(2.492)
(Redução) / Aumento em despesas antecipadas	126	(435)
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	-	(467)
Aumento (redução) em fornecedores	915	(27.830)
(Redução) em obrigações fiscais	(2.377)	(1.256)
Aumento taxas regulamentares	809	676
Aumento de adiantamentos diversos	(45)	-
	(13.511)	(119.385)
Caixa pelas (usado nas) atividades operacionais	(13.511)	(119.385)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	146.452	(8.511)
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(66.340)	(371.759)
Aquisições de intangível	(636)	(3.076)
	(66.976)	(374.835)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(66.976)	(374.835)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital, líquido	-	26.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	38.620	1.395.000
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos	(31.337)	(952.632)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(84.899)	(66.990)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(77.616)	401.378
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.860	18.032
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	86.931	85.071
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	85.071	67.039
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.860	18.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia contou com aportes que foram realizados pelos acionistas para honrar seus compromissos financeiros e conseqüentemente para a conclusão do projeto. Tais aportes estão respaldados nas obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

2 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação comercial em 27 de março de 2018. Por conta de uma emissão de Licença de Instalação em seu menor trecho, no qual corresponde a 1,75% de sua Receita Anual Permitida (RAP) - LT 230kv Igaporã III - Pindaí II, 50km, este trecho foi energizado e disponibilizado para entrada em operação comercial em 17 de abril de 2020, estando, hoje, o projeto integralmente concluído.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 144.601 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

3 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2020.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

c. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas

diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia

7 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2019a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Em 31 de dezembro de 2019os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48 / IFRS 9.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

g. Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo de financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

h. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 1,65% e 7,60%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda.

k. Imobilizado

(i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

1. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	210	170
Bancos	18.075	17.271
Aplicações financeiras	68.646	67.630
	86.931	85.071

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 96,0% a 100,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Banco Santander	CDB	100,1% CDI	14.806	26.094
Banco Bradesco	CDB	96,0% CDI	53.840	41.536
			68.646	67.630

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio certificado de depósito bancário e a remuneração é atrelado à taxa CDI.

10 Concessionárias e permissionárias

Descrição	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Provisão para Devedores Duvidosos	Saldo em 2019
	até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Fornecimento de Energia								
Clientes Transmissão	19.357	-	140	260	-	-	-	19.757
Total	19.357	-	140	260	-	-	-	19.757

Descrição	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Provisão para Devedores Duvidosos	Saldo em 2018
	até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Fornecimento de Energia								
Clientes Transmissão	23.289	-	242	67	-	-	-	23.598
Total	23.289	-	242	67	-	-	-	23.598

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

11 Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	151	-	-	-	151	-	-	151	151
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	26.687	-	-	-	26.687	-	(1.603)	25.084	26.046
Máquinas e Equipamentos	1.318.749	-	-	-	1.318.749	-	(64.066)	1.254.683	1.293.123
Subtotal	1.345.587	-	-	-	1.345.587	-	(65.669)	1.279.918	1.319.320
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	140	533	-	-	673	533	-	673	140
A Ratear									
Pessoal	425	-	-	-	425	-	-	425	425
Materiais	(6.518)	14.200	-	-	7.682	14.200	-	7.682	(6.518)
Serviços	119.857	60.419	-	-	180.276	60.419	-	180.276	119.857
Outros	5.373	316	-	-	5.689	316	-	5.689	5.373
Resultado financeiro	30.946	-	-	-	30.946	-	-	30.946	30.946
Adiantamento a fornecedores	16.160	(9.149)	-	-	7.011	(9.149)	-	7.011	16.160
P&D	-	21	-	-	21	21	-	21	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	339	-	-	-	339	-	-	339	339
Máquinas e Equipamentos	34	-	-	-	34	-	-	34	34
Móveis e utensílios	75	-	-	-	75	-	-	75	75
Subtotal	166.831	66.340	-	-	233.171	66.340	-	233.171	166.831
Total do ativo imobilizado	1.512.418	66.340	-	-	1.578.758	66.340	(65.669)	1.513.090	1.486.151

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	2.637	-	-	-	2.637	-	-	2.637	2.637
Subtotal	2.637	-	-	-	2.637	-	-	2.637	2.637
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.447	637	-	-	2.084	637	-	2.084	1.447
Subtotal	1.447	637	-	-	2.084	637	-	2.084	1.447
Total do intangível	4.084	637	-	-	4.721	637	-	4.721	4.084

Depreciação:

Composição Depreciação

	2019				2018			
	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço								
Transmissão								
Custo Histórico	3,68%	1.345.587	(65.669)	1.279.918	3,68%	1.345.587	(26.267)	1.319.320
		1.345.587	(65.669)	1.279.918		1.345.587	(26.267)	1.319.320
Em Curso								
Transmissão								
Custo Histórico	N/a	373.094	-	373.094	N/a	166.383	-	166.383
Administração								
Custo histórico	N/a	448	-	448	N/a	448	-	448
		373.542	-	373.542		166.831	-	166.831

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Transmissão	
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A companhia não apresentou baixas no exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

12 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais	294	211
Serviços	1.180	348
Provisões (i)	<u>19.292</u>	<u>17.056</u>
	<u>20.766</u>	<u>17.615</u>

- (i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

13 Financiamentos

a. Abertura do endividamento

Instituição / Linha Credora	Juros de Curto Prazo	Principal de CP e LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Index/ Juros	Spread % a.a	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencido Final	Frequência Amortização
Financ./Empréstimos Moeda Nacional												
BNDES Subcredito A	1.999	675.517	677.516	SIM	15/05/2018	Corporativa	TJLP	2,17%	Mensal	15/01/2020	15/09/2032	Mensal
Debentures	16.789	394.281	411.610	SIM	23/07/2018	Corporativa	IPCA	8,2845%	Semestral	15/03/2020	15/03/2036	Semestral
Financ./Empréstimos Moeda Nacional	18.788	1.070.338	1.089.126									
Financ./Empréstimos Moeda Nacional												
BNDES Subcredito A	16.163	650.000	666.163	SIM	15/05/2018	Corporativa	TJLP	2,17%	Mensal	15/01/2019	15/09/2032	Mensal
Debentures	1.892	395.000	396.892	SIM	23/07/2018	Corporativa	IPCA	2,50%	Semestral	15/09/2019	15/03/2036	Semestral
Financ./Empréstimos Moeda Nacional	18.055	1.045.000	1.063.055									

b. Composição do endividamento e dívida líquida

	Juros de curto prazo	Principal CP e LP	Principal + Juros CP	Total 2019	Total 2018
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	18.788	1.070.338	1.089.126	1.089.126	1.063.055
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	(68.646)	(68.646)	(68.646)	(67.630)
Dívida Líquida	18.788	1.001.692	1.020.480	1.020.480	995.425

Banco Itaú

Em 09 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itaú um novo contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 a uma taxa de juros de CDI+ 2,50% a.a com data de vencimento em 31 de outubro de 2017. Em 31 de outubro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida nas mesmas condições anteriores, com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 23 de fevereiro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida de Notas Promissórias adquiridas em 03 de março de 2016, alterando a respectiva NP para Célula de Crédito Bancário a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 31 de outubro de 2017. Contudo, houve uma nova prorrogação no dia 31 de outubro de 2017 nas mesmas condições de juros anteriores, tendo seu próximo vencimento 25 de maio de 2018.

Em 20 e 24 de abril de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itaú um novo contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 cada a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 15 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida nas mesmas condições anteriores, com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 22 de junho de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itau um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 15 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida nas mesmas condições anteriores, com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 26 de setembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itau um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$70.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 26 de setembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itau um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$20.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 15 de maio de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Itaú.

Intesa San Paolo

Em 31 de outubro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida alterando a taxa de juros de CDI+2,40 para CDI+2,55% a.a. com data de vencimento 29 de março de 2018.

Em 09 de março de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Intesa San Paolo.

Deutsche Bank

Em 29 de novembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Deutsche Bank um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$70.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 27 de fevereiro de 2018.

Em 05 de março de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Deutsche Bank.

Banco ABC

Em 21 de julho de 2017, a Companhia celebrou com o Banco ABC um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$43.000 a uma taxa de juros de CDI+3,15% a.a com data de vencimento em 17 de Janeiro de 2018.

Em 17 de abril de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco ABC.

Banco Santander

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Santander um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 a uma taxa de juros de CDI +2,50% a.a com data de vencimento em 12 de janeiro de 2018.

Em 05 de março de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Santander.

Banco Bradesco

Em 02 de março de 2018, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco a emissão de notas promissórias até o limite de R\$350.000 a uma taxa de juros de CDI + 2,70% com data de vencimento em 30 de agosto de 2018.

Em 25 de julho de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Bradesco.

BNDES

Com o objetivo de liquidar todos empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto JMM, em 2018 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas de TJLP + 2,17% mais estáveis, portando trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Há cláusula de *covenants* previsto no respectivo contrato, em 31 de dezembro de 2019 todas as clausulas restritivas de *covenants* estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas satisfatoriamente pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2019
2020	33.024
2021	35.581
2022	38.335
Após 2022	<u>570.576</u>
Total das obrigações	<u>677.516</u>

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto JMM a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2018 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os Coordenadores (Bradesco) são instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizados a operar no mercado de capitais, e concordaram em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. A garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). Em 22 de maio de 2018 observou-se a liberação financeira de R\$ 395.000 conforme divulgado no quadro de composição dos financiamentos acima com o respectivo vencimento e taxa de juros aplicáveis.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulante são os seguintes:

	31/12/2019
2020	40.561
2021	45.808
2022	47.911
Após 2022	292.314
Total Debêntures	426.594
(-) Custo de transação a Amortizar	(14.984)
Total Líquido Debêntures	<u>411.610</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - Em reais

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito é de R\$ 476.001, dividido em ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Durante o exercício de 2018 mediante aprovação das respectivas AGE ocorreram aportes de capital totalizando R\$ 26.000 divididos em ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A. e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária	31/12/2019		
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações	238.000.500	50,00%	238.000.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	238.000.500	50,00%	238.000.500
Total	<u>476.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>476.001.000</u>

Composição acionária	31/12/2018		
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações	238.000.500	50,00%	238.000.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	238.500.000	50,00%	238.000.500
Total	<u>476.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>476.001.000</u>

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 0,01%, até entrada em operação, e 50% após a entrada em operação, do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº4722/2019 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 26 de dezembro de 2019 foi garantido à Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

e. Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

15 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	O&M	G&A
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (v)	<u>334</u>	<u>23.546</u>	<u>5.463</u>	<u>5.717</u>
Cymi Construções e Participações (i)	-	2.110	-	-
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (ii)	378	5.016	-	-
Setec Soluções Energeticas (iii)	<u>-</u>	<u>1.091</u>	<u>7.697</u>	<u>8.240</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (v)	<u>378</u>	<u>8.217</u>	<u>7.697</u>	<u>8.240</u>

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações.
- (ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão.
- (iii) Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (iv) Valor refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.
- (v) Os custos incorridos até 2018 e 2019, bem como os projetados até o final do empreendimento encontram-se divulgados conforme Nota Explicativa 20 de Compromissos Assumidos - Contrato EPC.

16 Receita

	31/12/2019	31/12/2018
Receita Anual Permitida - RAP	201.190	126.966
Outras Receitas	2.297	-
(-) PIS e COFINS	<u>(19.048)</u>	<u>(12.107)</u>
(-) P&D, FNDCT e MME	<u>(2.679)</u>	<u>(1.512)</u>
Receita líquida	<u>181.760</u>	<u>113.347</u>

17 Custos gerenciáveis

**Transmissora José Maria de
Macedo de Eletricidade S.A.**
*Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019*

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5)	(719)
Material	(25)	(51)
Serviços de terceiros (i)	(20.180)	(13.587)
Aluguéis	(2)	(265)
Outras despesas	(1.238)	(36)
Seguros	(1.305)	(1.218)
Depreciação	<u>(39.401)</u>	<u>(26.267)</u>
	<u>(62.156)</u>	<u>(42.143)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicações.

18 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de aplicações financeiras	<u>4.185</u>	<u>8.572</u>
Receitas financeiras	<u>4.185</u>	<u>8.572</u>
Juros de empréstimos e financiamentos	(103.687)	(51.294)
Comissões	(4.026)	(5.728)
IOF de empréstimos	(795)	(281)
Outras despesas financeiras	<u>(417)</u>	<u>(262)</u>
Despesas financeiras	<u>(108.925)</u>	<u>(57.564)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(104.740)</u>	<u>(48.992)</u>

19 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	86.930	85.071
Concessionárias e permissionárias (Nota 10)	<u>19.757</u>	<u>23.598</u>
	106.687	108.669

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Concessionárias e Permissionárias** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras		
CDI	68.647	67.630

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	68.647	Queda da taxa CDI	4.393	3.295	2.197
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			6,40%	4,80%	3,20%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI e TR em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES - Subcrédito A	677.516	Aumento da TJLP	47.426	59.283	71.139
Debêntures	411.610	Aumento IPCA	16.464	20.580	24.697

Referência para ativos financeiros	Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			
IPCA (%)	7,00%	8,75%	10,50%
IPCA + 6,80 (%)	4,00%	5,00%	6,00%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 7% e 4% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	86.930	-	-	86.930
Empréstimos e financiamentos	1.089.126	-	-	1.089.126
Concessionárias e permissionárias	19.757	-	-	19.757
Total	1.195.813	-	-	1.195.813
	31/12/2018			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa	85.071	-	-	85.071
Empréstimos e financiamentos	1.063.055	-	-	1.063.055
Concessionárias e permissionárias	23.958	-	-	23.958
Total	1.172.084	-	-	1.172.084

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

20 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2019 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	29/02/2020 a 31/03/2020	64.983	4
Responsabilidade Civil Geral	29/02/2020 a 31/03/2020	64.983	1
Riscos Operacionais	04/05/2019 a 04/05/2020	1.279.603	983

21 Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- **Contrato de EPC** - Em 27 de Março de 2015 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymi Construções e Participações celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Em 2019 a projeção de custos para o projeto foi revista para R\$ 1.441.214 conforme quadro abaixo:

	Até 2018	2019	Total
Contrato EPC	1.399.741	1.441.214	-

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A é paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.313 por ano.

No ano de 2019 foram cobrados R\$ 8.240 com relação a G&A.

Com relação a remuneração O&M é paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está parcialmente em fase pré operacional esses valores são pagos conforme contrato, por blocos de acordo com a RAP esperada para cada bloco. No ano de 2019 foram cobrados R\$ 7.697 com relação a O&M.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.090 por ano .

22 Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Transmissora José Maria de
Macedo de Eletricidade S.A.**
Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2019

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	201.190	(201.190)	-	126.966	(126.966)	-
Receita de O&M - Ativo de Contrato	-	21.640	21.640	-	10.718	10.718
Remuneração do Ativo de Contrato	-	266.460	266.460	-	227.051	227.051
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	90.382	90.382	-	441.483	441.483
Outras receitas	2.297	(6.718)	(4.421)	-	(5.365)	(5.365)
	<u>203.487</u>	<u>170.574</u>	<u>374.061</u>	<u>126.966</u>	<u>546.921</u>	<u>673.887</u>
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(19.048)	(15.166)	(34.214)	(12.107)	(50.227)	(62.334)
P&D, FNDCT e MME	(2.679)	-	(2.679)	(1.512)	-	(1.512)
Receita operacional líquida	181.760	155.408	337.168	113.347	496.694	610.041
Custo de Construção	-	(66.976)	(66.976)	-	(327.157)	(327.157)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	181.760	88.432	270.192	113.347	169.537	282.884
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Pessoal	(5)	-	(4)	(719)	-	(719)
Material	(25)	-	(25)	(51)	-	(51)
Serviços de terceiros	(20.180)	-	(20.180)	(13.587)	-	(13.587)
Alugueis	(2)	-	(1)	(265)	-	(265)
Outras despesas	(2.543)	-	(2.543)	(1.254)	-	(1.254)
Seguros	-	-	-	-	-	-
Despesas com depreciação	(39.401)	39.401	-	(26.267)	26.267	-
	<u>(62.156)</u>	<u>39.401</u>	<u>(22.753)</u>	<u>(42.143)</u>	<u>26.267</u>	<u>(15.876)</u>
Resultado da atividade de concessão	119.604	127.833	247.439	71.204	195.804	267.008
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	4.185	-	4.185	8.572	1.239	9.811
Despesas financeiras	(108.925)	-	(108.925)	(57.564)	(48.917)	(106.481)
	<u>(104.740)</u>	<u>-</u>	<u>(104.740)</u>	<u>(48.992)</u>	<u>(47.678)</u>	<u>(96.670)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	14.864	127.833	142.699	22.212	148.126	170.338
Imposto de renda e contribuição social corrente	(225)	-	(225)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(46.266)	(46.266)	-	(57.915)	(57.915)
Lucro do exercício	14.639	81.567	96.208	22.212	90.211	112.423

22.1 Ativo de Contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passaram ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

22.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 22. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

22.3 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 22 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo PIS e COFINS diferidos e IRPJ e CSLL diferidos.

22.4 Patrimônio líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido societário	851.786	755.579
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de Contrato	(2.271.638)	(2.101.064)
Imobilizado e intangível	1.517.361	1.489.786
impostos diferidos	410.908	349.476
Patrimônio líquido regulatório	508.417	493.777

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita e Custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	201.190	(201.190)	-	126.966	(126.966)	-
Receita de O&M - Ativo de Contrato	-	21.640	21.640	-	10.718	10.718
Remuneração do Ativo de Contrato	-	266.460	266.460	-	227.051	227.051
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	90.382	90.382	-	441.483	441.483
Outras receitas	2.297	(6.718)	(4.421)	-	(5.365)	(5.365)
	203.487	170.574	374.061	126.966	546.921	673.887
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(19.048)	(15.166)	(34.214)	(12.107)	(50.227)	(62.334)
P&D, FNDCT e MME	(2.679)	-	(2.679)	(1.512)	-	(1.512)
Receita operacional líquida	181.760	155.408	337.168	113.347	496.694	610.041
Custo de Construção	-	(66.976)	(66.976)	-	(327.157)	(327.157)

b. Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do **CPC 47/IFRS15** e outros está demonstrada a seguir:

- Ajustes do CPC 47/IFRS15
- Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

Em 31 de dezembro de 2018 houve ajuste no montante de R\$ 47.678 referente aos encargos financeiros sobre empréstimos vinculados ao empreendimento em construção. No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do **CPC 47/IFRS15**, são considerados ativos de Contrato.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se parcialmente em fase pré operacional, por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

22.5 Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram pois a Companhia encontra-se parcialmente em fase pré operacional, por isso o valor do imposto corrente sobre a receita financeira foi capitalizado.

22.6 Lucro/Prejuízo líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício societário	(96.207)	(112.423)
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	170.574	546.921
Pis/ Cofins	(15.166)	(50.227)
Custo de Construção	(66.976)	(327.157)
Despesa de Depreciação	39.401	26.267
Resultado financeiro	-	(47.678)
IR/ CS Diferidos e correntes	<u>(46.267)</u>	<u>(57.915)</u>
prejuízo do exercício regulatório	14.641	22.212

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do **CPC 47/IFRS15**. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do **CPC 47/IFRS15**.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do **CPC 47/IFRS15** foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do **CPC 47/IFRS15** foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do **CPC 47/IFRS15** foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

23 Eventos Subsequentes

Efeitos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos, contudo considerando a imprevisibilidade da evolução do surto até o presente momento não há mensurações adequadas que possam demonstrar os possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias a Administração não observou impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2019.

Energização de linha

Em 17 de abril de 2020 o trecho pendente de conclusão LT 230kv Igaporã III - Pindaí II, 50km foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, portanto é esperada pela administração da Companhia a entrada em operação comercial total e respectivo recebimento de RAP de 100% do empreendimento ainda no primeiro semestre de 2020.